



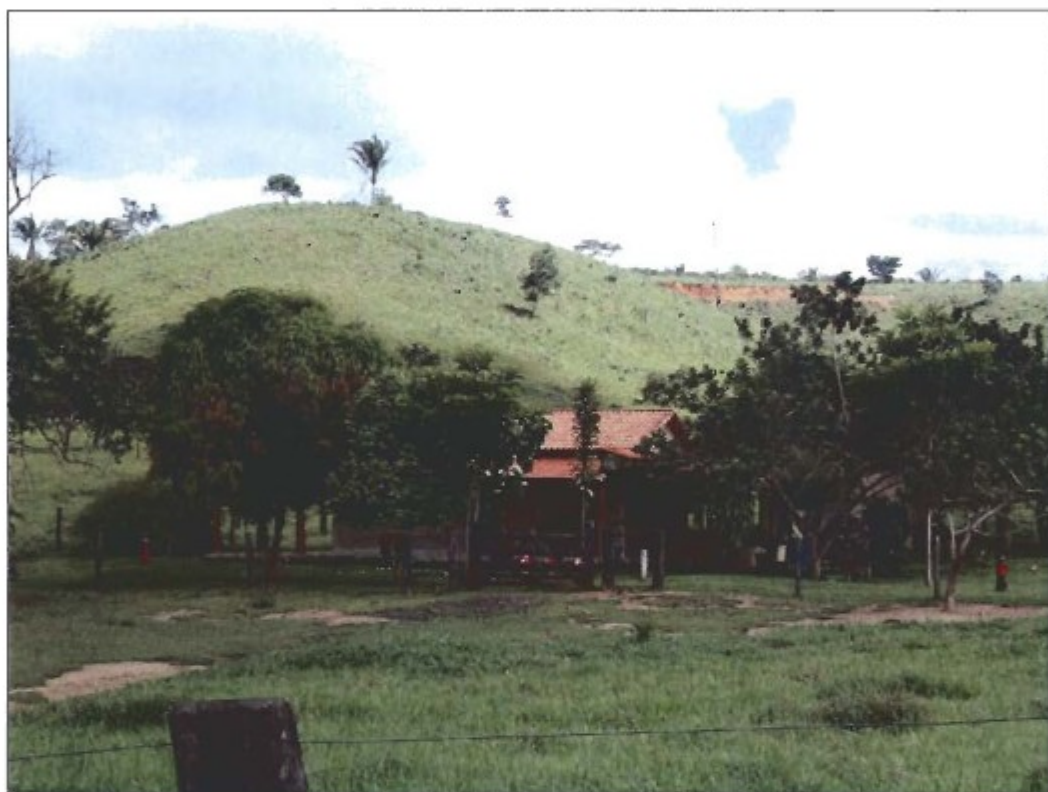
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL

RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO



FAZENDA MEXICANA

Período: 23/04/2013 a 03/05/2013



LOCAL – ZONA RURAL DE AÇAILÂNDIA - MARANHÃO
LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA: S04°49'38,3" W047°10'34"
ATIVIDADE: CRIAÇÃO DE GADO BOVINO
SISACTE Nº. 1557

OP 33/2013

VOLUME ÚNICO
ÍNDICE – RESUMO DA FISCALIZAÇÃO

ITEM	TÍTULO	PÁG.
1	Equipe	3
2	Síntese da Operação	4
2.1	Dados do Empregador	4
2.2	Dados Gerais da Operação	4 e 5
3	Da Fiscalização	5 até 7
4	Autos de Infração lavrados	7 até 9
5	Da atuação do MPT	10
6	Conclusão	10

ANEXOS

01	Notificações	11 e 12
02	CEI - Cadastro de Empregador Individual	13 e 14
03	Termo de Declaração – Rogério Soares Pereira	15
03	Termo de Interdição	16
05	Relatório Técnico de Interdição	17 e 18
06	Relação de empregados	19
08	Relação de Autos Lavrados	20
09	Autos Lavrados	21 até 50
10	TAC - Termo de Ajuste de Conduta	51 até 67

RESUMO DA FISCALIZAÇÃO DO GRUPO MÓVEL

1- EQUIPE

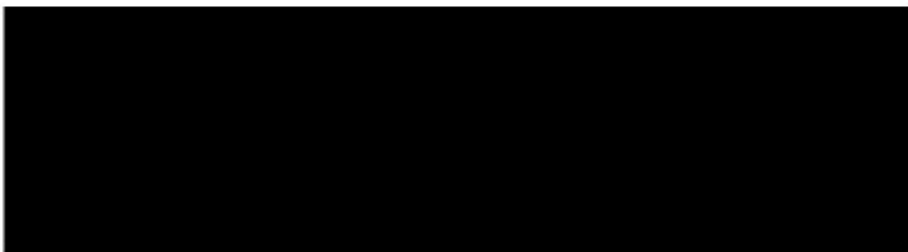
1.1 COORDENAÇÃO



1.2. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO



1.3. DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL



1.4. MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO



Termos de Suspensão de Interdição	00
Prisões efetuadas	00
CTPS emitidas	01

3 – DA FISCALIZAÇÃO

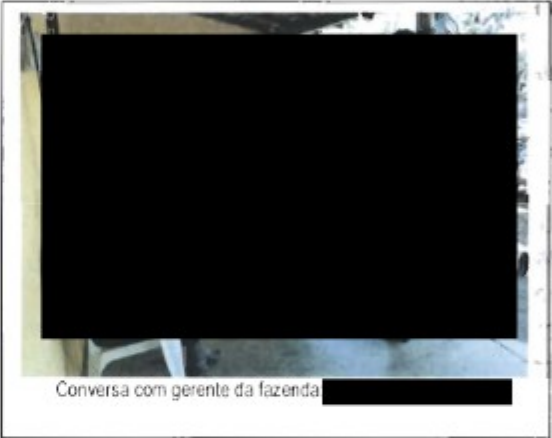
O Grupo Especial de Fiscalização Móvel de Combate ao Trabalho Escravo, constituído por Auditores Fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego, Procurador do Ministério Público do Trabalho e Policiais do Departamento de Polícia Rodoviária Federal foi destacado para realizar fiscalização designada pela Secretaria de Inspeção do Trabalho.

A presente operação teve início às 16h30m do dia 26 de abril de 2013, pelo itinerário supracitado. Em virtude de pouco combustível nas viaturas e a informação era que se devia percorrer mais 12KM em estrada de chão, houve o consenso do GEFM em adiar para o dia seguinte a entrada na Fazenda. No dia 27 às 14h30m retornamos ao itinerário.

Logo na chegada os Auditores Fiscais do Trabalho juntamente com o Procurador do Trabalho foram entrevistar os trabalhadores que se encontravam próximos à sede da Fazenda. Procederam-se a entrevista com o objetivo de colher informações sobre as condições de trabalho, moradia e de segurança. Também foram vistoriadas as condições internas da moradia familiar do trabalhador [REDACTED] composta de esposa e três filhos menores, que está situada próxima à sede da fazenda, sendo constatado que no local também residia o trabalhador [REDACTED] o que configurava moradia coletiva de famílias, motivo pelo qual o empregador foi autuado. Também foi constatado que outros dois trabalhadores estavam alojados em local utilizado para a guarda de ferramentas, equipamentos agrícolas, combustíveis e ao lado do local onde o empregador armazenava agrotóxicos. Nesse local foram encontradas redes penduradas e objetos pessoais dos trabalhadores.



A esquerda depósito de agrotóxicos, à direita depósito de ferramentas e alojamento de trabalhadores.



Conversa com gerente da fazenda [REDACTED]

Durante a inspeção, apresentou-se como gerente da fazenda, o Sr. [REDACTED] pois o empregador, S [REDACTED] encontrava-se em estado pós-cirúrgico.

A atividade principal da Fazenda é a criação de bovinos para fins de corte. Nesse sentido, a propriedade rural se configurou para a equipe do Grupo Móvel como uma fazenda com fins lucrativos, portanto foi prontamente notificada para comprovar os registros dos trabalhadores. Também foi lavrado o Termo de Interdição nº 130424/3557369-1, recebido pelo empregador no dia 27/04/13, do depósito de defensivos agrícolas e da atividade de aplicação de agrotóxicos existentes no estabelecimento. O local

onde estavam armazenados os agrotóxicos e a forma como os trabalhadores faziam sua aplicação configurava risco grave e iminente à saúde e segurança dos trabalhadores. O local de armazenamento distava cerca de 20 cm (vinte centímetros) da moradia familiar fornecida aos trabalhadores, Sr. [REDACTED] (cozinheira) e seus três filhos menores de 12 (doze) anos.

Também foi lavrado o Termo de Notificação nº 130426/355038-1, entregue ao empregador em 27/04/2013, para regularização de itens de saúde e segurança no trabalho.



Moradia familiar próximo ao depósito de agrotóxicos.



Transporte irregular de trabalhadores.

Foi lavrada nova notificação para apresentar no dia 30/04/13, às 16h, no Centro de Defesa da Vida e Direitos Humanos de Açailândia/MA, a comprovação dos registros dos trabalhadores, anotação em CTPS, CEI – Cadastro de Empregador Individual e demais documentos sujeitos à inspeção do trabalho.



Depósito de ferramentas e pertences pessoais dos trabalhadores.



Depósito de agrotóxicos.



Redes e pertences pessoais dos trabalhadores.



Redes e pertences pessoais dos trabalhadores.

No curso da ação fiscal foi emitida a Carteira de Trabalho e Previdência Social -

para o empregado

No dia 30/04/2013, o empregador apresentou o registro dos empregados, anotação em CTPS, os exames médicos admissionais, bem como a regularização de itens que haviam sido notificados, tais como os comprovantes de aplicação da vacinação antitetânica, comprovantes de regularização de proteção da transmissão de força do compressor e de itens do trator (espelho retrovisor, sinal sonoro e cinto de segurança), através de fotos e vídeos. Na ocasião também foi determinado a mudança imediata de moradia dos trabalhadores alojados no depósito de ferramentas para a sede da Fazenda conforme sugestão do próprio empregador.



4 – DOS AUTOS DE INFRAÇÃO

Foram lavrados e entregues os Autos de Infração abaixo discriminados:

Nº do AI	Ementa	Capitulação	Descrição Ementa
200.644.246	131482-3	Art. 13 da Lei no 5.889/1973,	Permitir o transporte de pessoas

		c/c item 31.12.4, da NR-31, com redação da Portaria n.º 2546/2011.	em máquinas autopropelidas ou nos seus implementos.
200.644.289	131464-5	Art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.20.1 da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.	Deixar de fornecer aos trabalhadores, gratuitamente, equipamentos de proteção individual.
200.644.297	131398-3	Art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.23.11.3 da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.	Manter moradia coletiva de famílias.
200.644.327	131343-6	Art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.23.1, alínea "c", da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.	Deixar de disponibilizar alojamentos aos trabalhadores.
200.648.781	000010-8	Art. 41, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.	Admitir ou manter empregado sem o respectivo registro em livro, ficha ou sistema eletrônico competente.
200.648.799	131023-2	Art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.5.1.3.1, alínea "a", da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.	Deixar de submeter trabalhador a exame médico admissional, antes que assuma suas atividades.
200.648.811	131662-1	Art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.12.74, da NR-31, com redação da Portaria n.º 2546/2011.	Deixar de realizar capacitação dos trabalhadores para manuseio e/ou operação segura de máquinas e/ou implementos.
200.649.175	000001-9	Art. 13, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.	Admitir empregado que não possua CTPS.
200.487.574	131178-6	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.8.17, alínea "d", da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.	Deixar de dotar as edificações destinadas ao armazenamento de agrotóxicos, adjuvantes e produtos afins de placas ou cartazes com símbolos de perigo.
200.487.582	131177-8	art. 13 da Lei nº 5.889/1973,	Manter agrotóxicos, adjuvantes ou

		c/c item 31.8.17, alínea "c", da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.	produtos afins armazenados em edificação que não possua ventilação ou cuja ventilação não se comunique exclusivamente com o exterior ou com ventilação sem proteção que impeça o acesso de animais.
200.487.591	131176-0	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.8.17, alínea "b", da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.	Deixar de restringir o acesso às edificações destinadas ao armazenamento de agrotóxicos, adjuvantes e produtos afins aos trabalhadores capacitados a manusear esses produtos.
200.487.604	131182-4	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.8.18, alínea "a", da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.	Deixar de manter as embalagens de agrotóxicos, adjuvantes e produtos afins sobre estrados e/ou em pilhas estáveis e/ou afastadas das paredes e/ou afastadas do teto.
200.138.588	131137-9	Art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.8.8 da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.	Deixar de proporcionar capacitação sobre prevenção de acidentes com agrotóxicos a todos os trabalhadores expostos diretamente.
200.138.596	131154-9	Art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.8.9, alínea "h", da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.	Permitir o uso de roupas pessoais para aplicação de agrotóxicos.
200.138.600	131179-4	Art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.8.17, alínea "e", da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.	Manter agrotóxicos, adjuvantes ou produtos afins armazenados em edificação que se situe a menos de 30 m de habitações ou locais onde são conservados ou consumidos alimentos, medicamentos ou outros materiais.

5 – DA ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

No dia 30/04/2013, o empregador firmou Termo de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público do Trabalho (MPT), cuja cópia segue em anexo.

6 – CONCLUSÃO:

Por fim, por todo o exposto, concluímos pela **INEXISTÊNCIA DE TRABALHO EM CONDIÇÕES DEGRADANTES DE TRABALHO ANÁLOGO À DE ESCRAVO** no estabelecimento fiscalizado.

É o relatório o qual submetemos à apreciação superior.

Brasília/DF, 02 de maio de 2013.

